



SOCIEDADE

País explora mal o potencial pesqueiro

Pesquisa mostra que Brasil dá pouca importância ao setor como fonte de emprego e renda. Situação de 93% das espécies comercializadas é desconhecida, o que eleva o risco de desaparecimento de variedades e desequilíbrio do ecossistema

» MARIA EDUARDA CARDIM

Apesar de a produção de alimento nos meios aquáticos ter ganhado importância nos últimos anos, o Brasil ainda ignora a pesca como fonte de emprego e renda. É o que aponta um levantamento da ONG Oceana Brasil sobre o cenário da pesca, em 2021. A pesquisa concluiu que o país desconhece a situação de 93% das espécies de peixes pescados, o que eleva o risco de que variedades importantes para consumo e equilíbrio do ecossistema marinho não suportem a exploração nos moldes atuais.

Um número ínfimo dos chamados **estoques pesqueiros**, que são alvo da pesca comercial, tem status conhecido. Dos 117 estoques, apenas oito espécies exploradas comercialmente pela frota brasileira possuem situação mapeada, o que representa cerca de 7% do conjunto avaliado. O cenário é parecido com o encontrado em 2020, quando apenas sete tinham sido analisados.

Segundo a pesquisa, as espécies com mais informações sobre o status populacional continuam sendo os atuns e afins, que dispõem de avaliações regulares conduzidas pela Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT, em inglês). A falta de análises dos estoques é um fator que limita a ordem da pesca, uma vez que impossibilita que se possa equilibrar a intensidade de pesca com a produtividade dessas espécies. Ainda ao observar os estoques pesqueiros, apenas 9% estão

Paul Eimerhand/Unsplash/Divulgação



Apenas 9% dos estoques pesqueiros estão submetidos a planos de gestão, o mesmo número avaliado em 2020

Características comuns

Um estoque pesqueiro pode ser definido como um grupo de peixes da mesma espécie, com as mesmas características fisiológicas e populacionais — como, por exemplo, a taxa de crescimento e de mortalidade —, que habitam uma mesma área e que já sejam grandes o bastante para serem pescados e comercializados.

submetidos a planos de gestão de pesca, o mesmo número avaliado em 2020. “Pouco se evoluiu em termos de construção de planos de gestão para pesca que se apliquem aos estoques listados como alvo da pesca comercial brasileira”, avaliou o diretor científico da Oceana Brasil, Martin Dias.

Sem planejamento

O desconhecimento e a

falta de planos de gestão e recuperação desses estoques tornam impossível uma identificação de quadros predatórios provocados pela pesca excessiva (sobrepesca), por exemplo, o que compromete o equilíbrio entre o uso e conservação desses recursos.

“Sem uma modernização da política pesqueira nacional, a tendência é seguir com pequenos avanços intercalados por grandes retrocessos,

perpetuando um ciclo vicioso que é prejudicial tanto sob a ótica econômico-social quanto ambiental”, analisou Dias. O levantamento ainda reforça que essa escassez de dados tornam a “reversão desse cenário morosa”.

O descaso com a pesca no país é histórico, segundo Dias. Por isso, a ONG sugere uma modernização do marco legal que estabelece a política comercial e de preservação. “Seguimos com um marco legal frágil, incapaz

de criar essas bases sólidas para a gestão pesqueira”, pontuou.

A Oceana Brasil considera “necessária e urgente” a mudança para o setor. “Tanto do ponto de vista de aprimoramento dos princípios, das ferramentas e instrumentos para se alcançar o objetivo do desenvolvimento sustentável da atividade de pesca, como para consolidação de uma base jurídica sólida que uma política de Estado deve ter”, indica.



Pouco se evoluiu em termos de construção de planos de gestão para pesca que se apliquem aos estoques listados como alvo da pesca comercial brasileira”

Martin Dias, diretor científico da ONG Oceana Brasil

COVID-19

Saúde recomenda a 4ª dose aos maiores de 80

O Ministério da Saúde anunciou, ontem, a recomendação da segunda dose de reforço contra a covid-19 para idosos com mais de 80 anos. A estimativa da pasta é de que 4,6 milhões de idosos sejam imunizados em todo o Brasil. Enquanto isso, o governo de São Paulo e outras cidades se preparam para ampliar as faixas etárias que devem receber a quarta dose, deixando o governo federal de novo para trás.

De acordo com as normas da pasta, a aplicação do segundo reforço deve ser feita quatro meses após o primeiro. Outra orientação é que a quarta dose seja feita, preferencialmente, com a vacina da Pfizer. O ministério garante que há vacinas suficientes para aplicação nos idosos acima dos 80. Os imunizantes da Janssen e da AstraZeneca “também podem ser utilizadas, independentemente do imunizante anterior”, assegura a Saúde.

Estados na frente

A quarta dose vinha sendo indicada apenas para pessoas imunocomprometidas com mais de 18 anos, mas estados já se adiantaram na aplicação até mesmo em outros grupos considerados de risco. O Mato Grosso, por exemplo, aplica, desde o início de fevereiro, a quarta dose em

idosos com mais de 60 anos, profissionais da saúde, gestantes e puérperas. O Rio Grande do Sul e o Espírito Santo recomendam o reforço para aqueles com mais de 60 anos.

Ontem, o governador de São Paulo, João Doria, anunciou que “certamente” anunciará outras faixas etárias para receber a quarta dose na próxima semana. “Decidiremos isso (ampliação da 4ª dose) amanhã (hoje) na reunião do PEI (Programa Especial de Imunização) e, certamente, na coletiva da semana que vem estaremos anunciando as outras faixas etárias para a quarta dose”, indicou.

Segundo o Ministério da Saúde, a necessidade da aplicação da quarta dose da vacina contra a covid-19 em outras faixas etárias “pode ser revista a qualquer momento”. Para o infectologista Julival Ribeiro, a decisão da pasta deveria ser ampliada.

“Espero que, em breve, as pessoas acima de 60 anos também sejam incluídas nessas decisões, porque também fazem parte do grupo mais vulnerável. A maioria das mortes ocorre em casos de idosos, comorbidades e, por isso, essa quarta dose é bem vinda, sobretudo para a população mais idosa”, reforçou. **(MEC com Gabriela Chabgoity, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)**

Myke Sena/MS



Ministro tem dividido sua atuação entre não desagradar Bolsonaro e não negar a ciência

Queiroga completa 1 ano se equilibrando

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, completou, ontem, um ano à frente da pasta. A marca merece destaque já que nenhum outro, no governo de Jair Bolsonaro (PL), durou mais do que um ano no cargo, apesar da pandemia de covid-19 vivida pelo país desde 2020. Queiroga, porém, continua se equilibrando entre a defesa da ciência e o alinhamento ideológico com o presidente.

O ministro tem diante de si outro dilema: ceder à pressão de Bolsonaro para pôr, logo, fim à emergência em saúde pública de importância nacional — que

reconhece o estado de pandemia no país — ou negociar a saída para adoção do status de endemia. O presidente quer uma resposta até o final do mês, mas o ministro evita falar em datas para tentar acalmar os ânimos dos especialistas — que consideram uma decisão precipitada.

Outro embate entre a gestão da pasta e a comunidade médica é a não adoção de uma diretriz de tratamento para a covid-19, como aprovada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (Conitec). O colegiado

elencou uma série de determinações que não incluem a aplicação do kit covid — que inclui medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença, como a cloroquina. A comunidade médica pressiona para que a indicação da Conitec seja aplicada.

Na corda bamba para evitar entrar em choque com Bolsonaro e passar a ser hostilizado pelos apoiadores radicais do presidente, Queiroga deve se apresentar ao Congresso para dar explicações aos parlamentares sobre algumas decisões que deixou de tomar. Na próxima semana, está

marcada a ida ao Senado, para depor na Comissão de Direitos Humanos a fim de que esclareça pontos da sua atuação durante a pandemia — tal como ignorar a decisão da Conitec e proteger o início da vacinação infantil, mesmo após a Anvisa autorizar a imunização desse público.

Queiroga também está convocado a se explicar na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado, quando prestará contas sobre as políticas implementadas no ministério. **(MEC e GC*)**

» Infarto e AVC já matam mais

A covid-19 deixou de liderar o ranking de mortes por doenças no país. Com a queda de óbitos em março, o coronavírus passou a ocupar a terceira posição em letalidade, atrás do infarto e do acidente vascular cerebral (AVC). Conforme dados do Portal de Transparência dos Cartórios de Registro Civil do Brasil, na semana de 16 a 22 de março, os AVCs causaram 843 mortes no Brasil, o dobro dos registros de óbitos por covid-19, que ficaram em 421. As mortes pelo vírus também foram superadas pelos 782 óbitos causados por enfartes.